



Nas trilhas da resistência: olhares sobre as lutas das mulheres do Baixo Parnaíba Maranhense

On the trails of resistance: perspectives on the struggles of women in Baixo Parnaíba Maranhense

Tatiana Colasante¹
Amanda Gomes Pereira²
Helena Maria de Castro³

RESUMO:

Apresentamos nesse ensaio os resultados de uma pesquisa de ação extensionista que privilegia comunidades do interior do Maranhão. Nosso objetivo envolve mulheres que vivem em contextos de vulnerabilidade social, marcadas pelas mais distintas dificuldades em seu cotidiano. Privilegiamos uma abordagem qualitativa que envolve elementos transcritos e analíticos de entrevistas realizadas em parceria com a Secretaria da Mulher de Santana do Maranhão. Com isso, desvendamos a relação das mulheres com o território do Baixo Parnaíba Maranhense levando em consideração dimensões econômicas, sociais e culturais permeadas pela experiência de ser mulher. Os resultados apontam obstáculos àquelas que são mães trabalhadoras e ocorrências de vários tipos de violência que são impostas a elas. Ao nos aproximarmos da realidade dessas sujeitas, buscamos uma pesquisa-ação com viés cidadão, que possa contribuir para que se tenham políticas públicas que atendam às reais necessidades dessas mulheres, assegurando a proteção dos seus direitos e trazendo oportunidades para melhoria de qualidade de vida.

Palavras-chave: Baixo Parnaíba Maranhense; Políticas Públicas; Mulheres; Extensão Universitária; Pesquisa-ação.

¹ Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Docente Adjunta do Curso de Turismo da Universidade Estadual do Paraná. E-mail: tatiana.colasante@unespar.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6953-245X>

² Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Docente Adjunta do Curso de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: ag.pereira@ufma.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7174-3843>

³ Doutora em História Cultural pela Universidade de Brasília. Docente Adjunta do Curso de Turismo da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: helena.castro@ufma.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0786-5256>



ABSTRACT:

In this essay, we present the results of an extension action research that focuses on communities in the interior of Maranhão. Our objective involves women who live in contexts of social vulnerability, marked by the most diverse difficulties in their daily lives. We favor a qualitative approach that involves transcribed and analytical elements of interviews conducted in partnership with the Secretariat for Women of Santana do Maranhão. With this, we unveil the relationship of women with the territory of Baixo Parnaíba Maranhense, taking into account economic, social and cultural dimensions permeated by the experience of being a woman. The results point to obstacles for those who are working mothers and occurrences of various types of violence that are imposed on them. By approaching the reality of these subjects, we seek an action research with a citizen bias, which can contribute to the creation of public policies that meet the real needs of these women, ensuring the protection of their rights and providing opportunities for improving their quality of life.

Keywords: *Baixo Parnaíba Maranhense; public policies; women; university extension; action research.*

INTRODUÇÃO

O território do Baixo Parnaíba Maranhense, no leste do estado, caracteriza-se pelo Baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e traços marcantes de ruralidade (Azevedo; Dantas; Farias, 2016). Nesse cenário marcado por acentuadas desigualdades sociais e situações de vulnerabilidade social, a criação de vários *campi* de universidades federais por intermédio, de um projeto do Governo Federal iniciado em 2003, com o Presidente Luís Inácio Lula da Silva promoveu a expansão da Rede Federal de Educação Superior, contribuindo para o acesso e permanência na educação superior de sujeitos e sujeitas subalternizadas.

Sob esse prisma, reconhecemos que as universidades têm um papel crucial quando instaladas em contextos espaciais marcados por condições precárias e cerceamento de direitos básicos como saúde, educação e moradia. A partir do projeto de extensão “Comunicações em Turismo”, iniciado em 2020, buscou-se valorizar as expressões culturais materiais e imateriais do interior do Maranhão, priorizando um



olhar endógeno sobre o território, ou seja, para além dos espaços de capital hegemônico que excluem e alijam o acesso a uma vida digna.

Esse projeto se constituiu de maneira interdisciplinar e interinstitucional, com discentes e docentes do Curso de Turismo e Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e da Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Ao longo de seu desenvolvimento, a cooperação com a comunidade no entorno de São Bernardo-MA, sede de um dos *campi* da UFMA foi crucial.

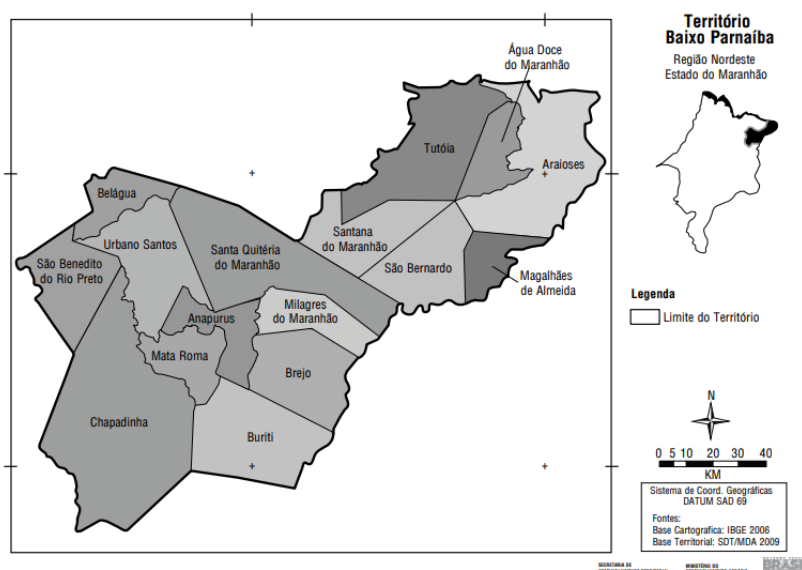
Durante nossas pesquisas, identificamos que existem lacunas com relação à história e à memória de vários municípios do Baixo Parnaíba Maranhense. Os escassos registros que existem carregam uma visão colonialista que não contempla a diversidade dos grupos sociais, sobretudo, d mulheres. Dessa forma, no início de 2023, realizamos uma parceria com a Secretaria da Mulher de Santana do Maranhão com o intuito de trazer à luz da prática extensionista, a trajetória de vida de mulheres santanenses a fim de propiciar movimentos de autoaceitação, confiança e empoderamento.

As raízes do interior

O território do Baixo Parnaíba se encontra na Mesorregião Leste do estado do Maranhão⁴. Limita-se ao norte com o oceano Atlântico e a Mesorregião Norte, ao sul com a Mesorregião Leste, a oeste com a Mesorregião Norte e a Leste com o estado do Piauí. Em uma área de 19.178,80 Km² engloba os municípios: São Benedito do Rio Preto, Urbano Santos, Belágua, Chapadinha, Mata Roma, Anapurus, Brejo, Buriti, Santa Quitéria do Maranhão, São Bernardo, Milagres do Maranhão, Magalhães de Almeida, Santana do Maranhão, Água Doce do Maranhão, Tutóia e Araisoses (Figura 1).

Figura 1 – Localização do Território do Baixo Parnaíba Maranhense

⁴ Apenas o município de Tutóia faz parte da Mesorregião Norte.



Fonte: Azevedo, Dantas e Farias (2016).

Em estudos de Pereira *et al.* (2024), é possível compreender de forma mais contundente algumas vulnerabilidades que fazem parte do viver e habitar nesse “interior”, especialmente para mulheres. Trata-se de um território que vem sendo palco de disputas por terras “[...] e conflitos socioambientais que tem como protagonistas o latifúndio, povos indígenas e as comunidades tradicionais, o qual tem resultado diversas tensões e necessidades da garantia e reafirmação de direitos” (Lisboa et al., 2021, p. 2).

Nessa perspectiva, destacamos Santana do Maranhão que foi elevada à categoria de município em 1994. Com aproximadamente 10 mil habitantes, 80% da população vive na área rural. O salário médio mensal é de 2,3 salários mínimos por pessoa. Apresenta ainda apenas 8,1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

Ao desvelarmos realidades esquecidas nas quais vivem sujeitos que necessitam constantemente lutar pelos seus direitos, observamos que a Secretaria da Mulher do município tem se empenhado em realizar ações que contribuem para o



empreendedorismo feminino e combate à violência doméstica. Um desses processos convergiu em uma parceria com pesquisadoras da Universidade Federal do Maranhão, com a finalidade de fortalecer o protagonismo das mulheres, almejando com as suas falas compreender aspectos que pudessem ajudar na proposta de criação de políticas públicas junto à Secretaria.

Conforme explica Perrot (2017), as narrativas históricas ao longo dos anos privilegiavam um olhar para o masculino, uma vez que a maioria das cenas públicas retratadas era de política ou guerra, silenciando as trajetórias das mulheres que quase nunca foram relatadas nas histórias oficiais. Com isso, sempre foi necessário um trabalho meticuloso para se descobrir os rostos e a vida das mulheres e, por isso, conhecíamos vagamente suas trajetórias (Godinho, 2016). Esse processo de invisibilidades e silenciamentos ainda perdura, sustentado pela lógica patriarcal que domina e oprime os corpos e as memórias das mulheres.

Em consonância com Saquet (2022), entendemos que o pensar e o agir não são dissonantes, mas se interligam e são necessários para incitar movimentos contra hegemônicos, refletindo em práticas sociais que contemplem aspectos da luta coletiva, saberes populares e as atividades interdisciplinares.

Incursões metodológicas

Ao contemplar as mulheres como sujeitas ativas no processo da pesquisa, optamos por utilizar como metodologia a abordagem qualitativa, com o aporte da história oral, a partir de entrevistas com grupos de mulheres para conhecer suas trajetórias de vida que “[...] envolve também a compreensão da relação corpo e sociedade, do tempo de vida social dos indivíduos, representados no conceito de fases da vida” (Marinho, 2017, p. 25).



O corpus teórico da pesquisa foi feito por meio de fontes primárias e secundárias. Para a parte empírica, destacamos reuniões realizadas no primeiro semestre de 2023 com a Secretaria da Mulher para elaborar estratégias para acessar o público-alvo da pesquisa. Para isso, contactamos agentes de saúde do município que nos indicaram quais as mulheres eram mais representativas⁵ na comunidade. Em reunião com as sujeitas, foi possível identificar aquelas que se encaixavam no perfil requerido.

Posteriormente, foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturada para permitir uma flexibilização maior na condução do trabalho, contemplando as especificidades de cada entrevistada. As questões abordadas remetiam às suas memórias individuais e coletivas a respeito dos seguintes aspectos: relações familiares, educação, saúde, trabalho, renda e lazer. Em função da abordagem histórica, e no sentido de obter narrativas de tempos pretéritos que acompanhassem a formação do próprio município na percepção das entrevistadas, a faixa etária escolhida contemplou mulheres adultas, a partir dos 30 anos.

A realização das entrevistas ocorreu no segundo semestre de 2023, por intermédio da Secretaria da Mulher de Santana em diversos lugares do município como associações e/ou no local de residência das próprias mulheres (Figura 2). Neste trabalho, enfatizamos a fala de cinco mulheres, cujas entrevistas foram transcritas e analisadas. Para assegurar o anonimato dessas mulheres, optamos por colocar nomes fictícios nessa pesquisa.

O ser-estar em uma realidade que busca a contra-hegemonia nos rincões distantes da capital, resistindo e re-existindo constantemente possibilita que as universidades públicas e gratuitas do interior possam acolher e potencializar vozes das

⁵ Entendemos aqui o conceito de representatividade a partir da expressão característica de certos sujeitos que são percebidas comumente em um grupo, como, por exemplo, políticas, ideológicas, socioeconômicas, profissionais, religiosas, culturais, étnicas e raciais (DESS, 2022).



minorias. Nesse sentido, buscamos desenvolver pesquisas que visam uma transformação social desses lugares invisibilizados, em conjunto com sujeitos por meio de suas lutas, resistências e resiliências.

Figura 2 – Uma das entrevistas apresentando seu acervo fotográfico



Fonte: Acervo das autoras (2023).

Compreendemos o território onde (sobre) vivem essas mulheres como *locus* de identidade, pertencimento e simbolismos, mas que carregam subjetividades a partir das diferentes vivências que se entrecruzam ao longo de suas trajetórias. Nessa premissa, coadunamos com o pensamento de Saquet (2022), de que o território reflete vida e morte de sujeitos que expressam seus saberes, técnicas, linguagens e memórias. Por isso, pensar em uma pesquisa-ação que alinhe teoria e prática nos aproxima da possibilidade de obter soluções de problemas comunitários.

Nas falas do interior, são tecidos fios de esperança

Quando investigamos histórias sobre as cidades do interior do Maranhão, encontramos dificuldades em obter outras fontes que não sejam vinculadas à registros



escassos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Uma vez que muitas delas conseguiram sua emancipação em anos recentes, é interessante que se tenham registros de suas memórias individuais e coletivas para que eles não se percam. O desafio maior é quando buscamos uma visão feminina nessas narrativas.

Como enfatiza Perrot (1995, p. 9), “escrever uma história das mulheres é um empreendimento relativamente novo e revelador de uma profunda transformação: está vinculado estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução”. Com a mudanças dos Direitos Humanos, e o avanço das conquistas dos movimentos feministas, essa realidade tem mudado, especialmente, pelas mulheres que lutam por representatividade e conquistam seu espaço. No entanto, nem todas conseguem se libertar das amarras da opressão e de contextos de subalternidades.

A professora Joana de 65 anos, nascida em Santana do Maranhão – quando essa cidade ainda pertencia ao município de São Bernardo – teve que se mudar aos 9 anos para dar continuidade aos estudos. Retornou já adulta com filhos e formada. A entrevistada se refere à experiência de morar em Santana do Maranhão como “dádiva de Deus”. Mesmo com as dificuldades enfrentadas quando era criança, como a falta de energia elétrica, lembra com afeto das brincadeiras que praticava para se divertir, como os banhos de rio.

Sobre as dificuldades em ser mulher, dona Joana pontua que: “– Existem algumas situações que a gente nem gosta de falar...que faz parte da vida da gente”. Nesse contexto, frisa que a política partidária, especialmente, em cidades pequenas, é muito evidente e implica em agressões entre partidos adversários:

Bom, se é pra falar a verdade, é o jogo da verdade, existem algumas situações que a gente nem gosta de falar que faz parte da vida da gente, que fazem parte do cotidiano. Existe a parte política partidária [...], na época das campanhas políticas [existe] agressão verbal.



Segundo uma pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e o Datafolha, dentre as formas de violência sofridas pelas mulheres, a mais frequente foi: as ofensas verbais, com 23,1%, que incluem insultos, humilhações e xingamentos (Silva, 2023). Uma das formas de tirar as mulheres do ciclo da violência é buscar a sua autoestima e valorizar sua identidade.

Nesse processo, Dona Joana explica que o poder aquisitivo em Santana é muito baixo e o “[...] – o único empregador que [...] tem é a prefeitura municipal”. Com essa falta de opções, ela enfatiza que “[...] – existem muitas mulheres que vivem só de programa sociais e [muitas delas] ainda não têm um estudo pra poder abrir um negócio e também não tem verba”. Por isso, a entrevistada sugere que o trabalho coletivo, por intermédio de associações, pode ajudar as mulheres com cursos de capacitação e auxílio para empreender e obter uma melhor fonte de renda.

O empoderamento feminino pode ser obtido a partir de ações que contribuam para o empreendedorismo. A fala de Marina, 47 anos, servidora pública – mais especificamente auxiliar de serviços gerais – é um exemplo de história de vida entrelaçada por um processo de descoberta e de empoderar-se a partir de suas experiências de vida. Segue abaixo um trecho de seu depoimento:

No início foi fácil, mas depois foi se tornando bem desafiador. E, por quê? Pelo fato de eu ser mãe solteira de três filhos. E por mais que digam. É a questão que mais leva à cadeia. É pensão alimentícia? É Maria da Penha? Só que comigo nunca funcionou, porque desde que meu filho mais velho tinha oito anos, eu coloquei na Justiça. Fiz todo o trâmite necessário para ver se o pai pagava pensão sem que fosse preciso, porque eu dialoguei com ele muitas vezes, mas aí nunca nada foi feito. E aí meu filho hoje tem 29 anos. E, mesmo assim, a Justiça nunca obrigou o pai a pagar a pensão. Eu fui agredida pelo pai da segunda filha, também aqui na época, a Lei Maria da Penha já veio bem depois, também não foi feito nada. Aí criei meus três filhos sozinha. Aí o desafio veio aí em Santana. Só que, assim, sempre tive apoio do prefeito municipal, que me permitia levar as crianças [para o trabalho].



Em sua fala, Marina demonstra as dificuldades que teve quando precisou acionar à justiça para garantir que seus direitos fossem garantidos. Tanto em relação ao pagamento da pensão alimentícia quanto na busca por proteção por meio da Lei Maria da Penha – de garantia contra seu segundo marido das suas agressões físicas –, ela relatou-nos que não obteve êxito em suas demandas.

Aqui, cabe ressaltar que apesar de todo esforço feito pela Secretaria da Mulher de Santana do Maranhão no apoio e no fortalecimento de uma rede de proteção às mulheres do município, não existe nenhuma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) próxima, o que dificulta no acesso aos direitos por mulheres vítimas de violência, assim como serviços da Defensoria Pública – presente apenas em Santa Quitéria do Maranhão, que fica cerca de 56Km de distância – que atuam como de modo fundamental para a garantia da pensão alimentícia, dos direitos de família e defesa da mulher vítima de violência.

Marina, ao retratar as dificuldades enfrentadas no cuidado de seus três filhos, destaca que não conta com o apoio dos pais das crianças. Por mais que essa seja uma realidade comum a várias mulheres no país – como apontam várias pesquisas, sendo exemplo de uma recente pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas –, ao assumir o papel de chefe de família, de cuidadora das crianças e responsável pelo trabalho doméstico, a história de vida da Marina torna-se peculiar ao destacar as suas estratégias cotidianas de agenciamentos e de enfrentamento às adversidades em uma cidade do interior do Maranhão onde o acesso aos serviços públicos é precário.

Vanessa é uma microempreendedora de 37 anos. Ao ser questionada sobre se há casos de violência contra a mulher em Santana do Maranhão/ MA, afirma que casos de violência psicológica e de agressão verbal fazem parte do cotidiano da cidade e que, em frente ao seu estabelecimento comercial, já presenciou inúmeros casos. Sua fala, nesse sentido, destoa de outras mulheres que não apontam ou não reconhecem esse



tipo de agressão como violência psicológica – tipificada na Lei Maria da Penha, Lei 11.340/2006:

A gente presencia sim certas agressões verbais, eu já presenciei muitas agressões verbais aqui em frente à loja, marido gritando, xingando, mandando ela ir para certos lugares, e a gente sabe que tem, graças a Deus eu nunca presenciei violência física e nem quero, porque deve ser horrível, porque eu fiquei super constrangida com o cara falando daquela forma com a esposa. Ela com um bebê pequeno e a outra segurando a mão, bem complicado. Aí pegou e saiu, deixou ela e as crianças e saiu de moto e deixou ela sozinha aqui e a gente fica assim se roendo por dentro, sabe? Aí eu digo, meu Deus do céu. É triste assim a gente ver uma mulher que infelizmente se submete a essas situações, né? Aí também eu não pude fazer nada e nem quis, né? Não devo interferir, porque a gente, de uma certa forma, fica com medo dessas coisas, mas a gente sabe que tem sim, a gente ouve muitos casos.

A entrevistada também destaca os desafios enfrentados após a gravidez para obtenção de emprego e renda. Segundo ela: “[...] – É bem complicado, assim, a gente ser dona de casa, querer ser mãe e querer trabalhar”. Vanessa teve que abdicar de um concurso público para cuidar das filhas gêmeas. Outra dificuldade foi a tentativa de colocar as meninas em uma creche. Como no município não tem creche em tempo integral, ela teve que recorrer à Justiça para conseguir o direito: “– Isso já é um desamparo pra mulher que quer trabalhar, porque pra eu trabalhar eu preciso pagar uma pessoa para estar cuidando das minhas filhas, e aí aqui a renda já não é lá essas coisas”. Por fim, destaca que necessitou buscar alternativas, como abrir uma pequena loja que começou na sua própria casa e, com o tempo, conseguiu um espaço no centro de Santana do Maranhão.

Segundo a pesquisadora Janaína Feijó, a mãe solo encontra mais dificuldade para ingressar e/ ou permanecer no mercado de trabalho após a maternidade porque não possui uma rede de apoio ampla para apoiá-la enquanto se dedica a busca de um emprego formal. Não tendo com quem contar, a “sobrecarga da maternidade recai



muito mais forte nas mães que estão nessa condição” (Agência Brasil, 2023). Soma-se a isso o baixo grau de escolaridade que reduz as possibilidades de mobilidade social.

A inserção das mães solas na economia do cuidado, muitas vezes, tem por consequência o abandono dos estudos, com essas mulheres sendo destinadas para atividades econômicas que requerem baixa qualificação, com baixo retorno financeiro. A maternidade, sonho de muitas, passa a interferir diretamente em seus projetos de vida e campo de possibilidades que passam a ser afetados, se tornando reduzidos, com efeitos sociais, políticos e econômicos em toda uma geração (Velho, 2003). Na grande maioria dos casos, esse grupo de mulheres é composto por mulheres negras, periféricas e subalternizadas, aliadas das esferas públicas de decisão e, por isso, apartadas de decisões políticas que incidem sob a criação de políticas públicas destinadas aos cuidados de crianças e idosos.

Para quebrar com esse ciclo de opressão, é preciso ter como horizonte que: “Quando produzimos conhecimento, argumenta bell hooks, nossos discursos incorporam não apenas palavras de luta, mas também de dor – a dor da opressão (Kilomba, 2019, p. 37). São essas palavras de dor que dimensionam a necessidade de quebrar com práticas de silenciamento e de invisibilização tanto das mulheres negras, como das mulheres que residem em regiões periféricas. A dificuldade de acesso à justiça pode levar a uma desumanização de suas existências, como se essas mulheres não tivessem direito à proteção do estado contra companheiros agressores e que se negam a cumprir com suas responsabilidades como genitores.

Não obstante, há que se destacar que, no caso de Vanessa, foi por meio das instituições jurídicas que ela obteve o direito ao acesso à creche para suas gêmeas, sendo por meio dessa conquista que ela conseguiu realizar suas atividades laborais, atuando em seu ponto comercial como microempreendedora. Ela ressalta que, mesmo em meio período, esse acesso foi um alívio, visto que propiciou condições dela pagar uma cuidadora em apenas um dos turnos em que estivesse trabalhando em sua loja.



Para Vanessa, que não possui rede de apoio para o cuidado das filhas, a creche representa a única alternativa para acessar o mercado de trabalho.

Nesse aspecto, os contatos e arranjos em esfera local – como no contato de Marina com o prefeito municipal que permitiu à servidora levar seus filhos para o trabalho – representam algumas das estratégias e agenciamentos acionados para a garantia de sobrevivência. Na época, Marina contou com as próprias funcionárias da escola, junto com as crianças, que se tornaram sua rede de apoio, acionadas no cuidado de seus filhos.

Porque na época não tinha ainda ensino pré-escola, as crianças só podiam fazer parte da escola a partir dos sete anos de idade. E ele só ia fazer três anos aí. Só que as professoras aceitaram, né? Por conta disso, o menino se tornou até uma pessoa bastante inteligente. E aí o pequenininho ficava lá. Na hora de dar de mamar é que ele chorava. Na época, ainda podia criar a criança deitadinho, que não incomodava muito em tudo, que ele mamava. Continuava dormindo. E aí as professoras, os alunos me ajudaram muito com isso. Quer dizer, era uma boa inclusão, sem que nessa época ainda funcionasse a lei da inclusão em 97 (ano em que ela levava seus filhos para a escola onde trabalhava).

Neste trecho, destacamos dois aspectos, o fato de a existência de ensino pré-escolar ser recente em algumas regiões do país, e do quanto as leis de acesso à educação básica contribuíram para uma maior universalização da oferta dessa etapa de ensino; e as alternativas encontradas por Marina para conciliar trabalho e maternidade, com acordos estabelecidos com os gestores municipais. A relação de proximidade, estabelecida em municípios pequenos, permite que o acesso aos gestores seja facilitado, promovendo acordos que extrapolam as regras pré-estabelecidas de funcionamento das instituições. Como o antropólogo Roberto DaMatta destaca, os limites entre a casa e a rua, nessas localidades, tornam-se porosos, com o privado adentrando os espaços públicos (DaMatta, 1997).

Outro ponto a ser ressaltado é que, de acordo com a leitura de Marina, a lei de Inclusão não está relacionada apenas a presença de pessoas com deficiência nas escolas,



mas a presença dos filhos e filhas das funcionárias nesse ambiente desde a mais tenra idade. Das muitas camadas presentes na trajetória de vida de Marina, percebemos também um reconhecimento das potencialidades locais e das possibilidades de acordos e cooperações entre o poder público e o poder privado capazes de fazer frente às tentativas de desmatamento das terras destinadas ao extrativismo de produtos naturais locais, presentes na chapada – termo utilizado pela própria entrevistada para se referir ao relevo da região.

Agora deram espaço para mulher empreendedora, né? Estão cadastrando as pessoas no MEI⁶ e aí tá tendo muita inclusão na parte do artesanato, na parte da agricultura familiar, essas questões assim. Agora, na administração atual, eles estão dando muito espaço. Só que eu acho que falta explorar mais o ambiente que a gente vive. Por exemplo, aqui a questão do bacuri, do açai, do caju, porque do caju se aproveita tudo. E isso ainda não é explorado, né? Por que eu criar uma cooperativa feminina ou uma cooperativa em geral? Ou feminina? Para que? Sei lá, para que possam entrar com um projeto para poder beneficiar esse produto que a gente tem na Terra.

Assim como Dona Joana, Marina apresenta uma análise sobre como a criação de cooperativas poderia beneficiar não apenas às mulheres em busca de empreender em Santana do Maranhão/MA, mas também como essa alternativa poderia fazer frente a escalada de desmatamento atrelada a monocultura da soja – que afeta diretamente os recursos hídricos dos municípios do Baixo Parnaíba Maranhense, sendo um deles o Rio Magu, fonte de renda e de sociabilidade para parcela considerável da população santanense. Em sua fala, destaca que essa monocultura está devastando as matas maranhenses, acabando com os recursos hídricos e naturais.

Dona Laura, 75 anos, viúva, conseguiu montar uma pousada em Santana e aluga os quartos, especialmente para funcionários públicos que trabalham na cidade, mas que moram em outras localidades. Ela relata que a mãe fazia bolos para vender e o pai era

⁶ MEI: a sigla significa Microempreendedor Individual que, como profissional autônomo, ao se cadastrar na receita federal, passa a ter um CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) e, por meio dele, consegue pleitear recursos e investimentos do governo federal.



agricultor. Embora a família passasse dificuldades, a entrevistada possui boas lembranças da infância, onde “ninguém era rico de dinheiro, mas não passava fome”.

Com o passar do tempo, a situação financeira da família foi melhorando e houve a possibilidade de estudar em Parnaíba, mas, não conseguiu terminar o ensino médio: “–Eu não me formei, o mundo que me formou”. Ela relata que sua avó paterna veio do Ceará e seus pais eram primos. Foram morar em Santana quando ainda pertencia à São Bernardo: “– Nossa casa era de palha de buriti aterrada de barro”. Essa edificação é feita com materiais de baixo custo, comum ainda na Região do Baixo Parnaíba Maranhense.

Nos primeiros anos vivendo em Santana do Maranhão, Dona Laura conta que não existia quase nada na localidade e somente aos 9 anos viu passar o primeiro carro na cidade. Apesar de ter se casado com um bancário, que frequentemente era transferido de cidade, percebemos que a entrevistada criou raízes no município santanense, seja no retorno à cidade nos anos de 1990, depois de morar em Chapadinha – como nos detalhes mantidos em sua casa, como na mobília e equipamentos rústicos que contam histórias de tempos pretéritos, moldados por trabalho artesanal e que fazem parte da riqueza cultural dos interiores.

E é na habilidade com o trabalho manual que encontramos Dona Dirce, costureira. Ela relata que é de uma família com tradição no ofício da costura, pois, o pai era alfaiate e fazia ternos para os funcionários da prefeitura. Sua mãe também costurava e passou os ensinamentos à filha. A entrevistada relata que só realiza o trabalho por encomenda e tem um grande movimento quando acontecem os festejos religiosos na cidade, pois: “[...] – o pessoal quer ir para as festas e quer trocar de roupa, né? Querem fazer roupa nova para ir. São nove noites de novena. Cada noite quer uma roupa diferente”.

Trata-se de um ofício que, aos poucos, também cede lugar às peças industrializadas, uma vez que muitas pessoas chegam à cidade para revender roupas a preços mais baratos e, por isso, já não há tanta procura pelo trabalho das costureiras no



dia a dia. Um obstáculo à manutenção desse ofício, segundo Dona Dirce, está no fato de terem que se deslocar para cidades maiores para conseguir aviamentos: “[...] – A gente vai comprar em Parnaíba o tecido, não tem uma loja de tecido aqui. Que já era pra ter. Já era pra ter. Não tem um armarinho também que vende pra vender material de costura. Não tem...aí a gente tem que comprar em São Bernardo ou em Parnaíba. Aí quando a gente vai vender uma peça, vende mais cara do que esses que vêm de fora, porque ele já traz prontinha, né? Aí não compensa pra gente fazer”.

Em seus estudos sobre os sentidos das práticas artísticas/artesanais de mulheres do campo, Santos e Roberti (2023), enfatizam os atravessamentos impostos pela lógica capitalista que traz modos rápidos de produção e de consumo. Com isso, os produtos artesanais são considerados muito caros e demorados pelos/as consumidores/as, o que acaba desvalorizando o trabalho dessas mulheres.

Dona Dirce comenta que, na cidade, somente ela e uma outra mulher trabalham como costureiras e que, em gestões anteriores, buscou a prefeitura para que pudesse ofertar oficinas de costura às mulheres jovens para que haja mais mão de obra e o ofício não se acabe. No entanto, ela reclama da falta de interesse da geração atual nesses trabalhos manuais:

As jovens de hoje não se ocupam de costura. No celular, nas redes sociais. Não querem mais um trabalho. Não querem mais trabalhar. Eu já fui até em uma casa que tinha seis jovens. Chamei elas e perguntei se elas queriam aprender a costurar para quando eu precisar. Elas disseram que nenhuma queria. Não quiseram. Eu ensinava de graça. Não quiseram.

A partir das falas de Dona Dirce verificamos que o trabalho manual é uma forma de resistência que busca seu espaço nos dias de hoje, especialmente, por evocar tantas lembranças familiares. O trabalho manual implica no domínio de técnicas que, quando apropriadas pelas mulheres, podem se tornar importantes ferramentas de empoderamento. Além da costura, a entrevistada também trabalhou com artesanato de peneira. No entanto, comenta que agora o ofício fica a cargo do seu irmão, devido a um problema de coluna que a impediu de continuar. As peneiras de palha são vendidas



em São Luís, nos mercados públicos, e também são comercializadas na época dos festejos em Santana.

Sobre os desafios em se viver em Santana do Maranhão, ela relata as dificuldades em ter acesso à serviços de saúde mais especializados, sobretudo, há alguns anos. Na década de 1990, Dona Dirce perdeu um ente que precisou ser transferido para Parnaíba e como lá também não havia condições de tratamento, tiveram que ir para Teresina: “[...] – Em 95 não havia hospital, tinha um posto médico, um postinho só, que atendia. Um posto médico”. Atualmente, entretanto, a situação mudou: “– Hoje tem médico 24 horas. Todo dia tem médico. Ótimo. Faz cirurgia, que antes não fazia”. A respeito das lembranças da formação da cidade, ela relata que antigamente não havia energia elétrica e sim um motor que gerava eletricidade:

[Hoje] todo mundo pode comprar uma televisão para assistir, [antigamente] não tinha. Mudou muitas coisas. Interessante que no período em que houve a emancipação do município, eram só duas televisões na cidade. Uma na casa do Evandro, falecido, muito conhecido da gente. A outra na escola, que chamavam na época de grupo escolar. Aí ficava aquela porção de gente umas em cima das outras. Sala sempre super cheia. E aí quando dava 21h, 21h30, o motor dava o primeiro sinal. As pessoas tinham que procurar suas casas para poder se deslocarem. Aí naquele meio tempo, todo mundo ia embora. Às 22h, o motor apagava e pronto. Todos estavam aqui. E outra coisa interessante também foi na época, os primeiros postes, eram de carnaúba. Aí depois que chegou os outros postes de cimento.

Como aponta em seu ensaio sobre a memória das cidades, Abreu (1998) afirma que a maioria das cidades brasileiras é relativamente nova, ou seja, possui menos de 100 anos de fundação. É o que ocorre com Santana do Maranhão cujo processo emancipatório é recente, datado de 1996, o que permite que possamos encontrar pessoas que passaram por vários momentos históricos vinculados à sua própria história de vida na comunidade.

Com isso, a memória individual deve ser valorizada para que possamos compreender, inclusive, as dificuldades e obstáculos em ser mulher em diversas escalas



temporais e que, provavelmente, irão se somar a tantas outras histórias de mulheres que passaram e ainda passam pelas mesmas situações ao longo do tempo. Assim, a memória torna-se coletiva e identitária, formando um uníssono de reivindicações em prol da melhoria da qualidade de vida da população em Santana e que também nos chama a atenção para acolher e compreender as especificidades dessas mulheres que ali estão.

As dimensões do lazer e do turismo no “interior do interior do Maranhão”

Quando estive em Salvador em 2018, a embaixadora de Gana, Abena Busia teceu críticas após assistir um vídeo promocional feito para divulgar a cultura e a natureza baianas, na qual os negros apareciam em papéis subjugados como serviçais ou no papel da própria atração turística. Segundo ela: “Essa cegueira racial é um fracasso em reconhecer que africanos e seus descendentes podem ser também turistas”. E mais ainda: “São barreiras simbólicas, invisíveis, que impedem que grupos inteiros desfrutem momentos de lazer”, especialmente quando o lazer é visto como um luxo e não como um direito.

Para muitas mulheres, o direito ao lazer acaba sendo inatingível, pois, implica no dispêndio de um tempo livre que não se tem quando pensamos no excesso de trabalho que acumulam como mães e trabalhadoras – dentro e fora do lar – além dos cuidados que dispendem com os doentes. Busia, no entanto, é enfática quanto afirma que o lazer: “Na verdade, é uma questão de saúde mental. Lazer é quando uma mulher trabalhadora com cinco filhos poder dizer: eu toco violão e preciso das noites de domingo para tocá-lo” (Ceyhan, 2024).

Batinga e Pinto (2019) reforçam que no Brasil, as mulheres têm papel fundamental nas decisões de consumo das famílias de baixa renda, principalmente, pela maioria ser considerada chefe de família. Com isso, desde a criação dos filhos e filhas, o



cuidado com a casa e outros aspectos da estrutura familiar ficam sob sua responsabilidade. Já o lazer, para essas mulheres, está vinculado ao desejo dos filhos, aquilo que desejam fazer/consumir. Elas negligenciam seus próprios anseios e vontades em detrimento do cuidado com o outro, e, nas regiões rurais, esse cuidado se estende também as plantas e animais. Verificamos, portanto, que em uma sociedade capitalista e patriarcal, a relação das mulheres com o seu tempo livre e com o lazer são afetadas, como reiteram os estudos de Bonalume (2023).

Nesse aspecto, o lazer acaba sendo associado à vida em comunidade, às relações sociais com família e amigos próximos. Soma-se a isso o fato de que em várias cidades brasileiras, os equipamentos de lazer estão localizados em áreas centrais, dificultando o acesso da população marginalizada que reside nas periferias. Por conseguinte, sobram poucas opções para aqueles que são excluídos socialmente.

O estado do Maranhão, do ponto de vista turístico, é conhecido pelo Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, considerado um dos mais belos do mundo, em pesquisa realizada pela Bounce em 2023 (CANDEE, 2023). Porém, trata-se de um destino consolidado e que centraliza o fluxo de turistas em um recorte espacial limitado, com outras regiões do estado e, em especial, nos interiores, faltam visibilidade e investimentos para a valorização dos saberes, fazeres e lugares. É possível verificar que no Baixo Parnaíba Maranhense, por exemplo, ocorrem muitas manifestações culturais e existem vários recantos naturais que servem de lazer para a população local, mas que podem ser de interesse turístico.

Em se tratando de contextos de vulnerabilidade social, é importante destacar que o lazer da população muitas vezes implica na oferta de atrações pelo poder público, gratuito. No caso do turismo, que implica em deslocamentos e pernoite, por vezes se torna uma atividade inviável para parte da população que ganha pouco mais de um salário mínimo por mês. Em Santana, existem várias celebrações religiosas como o tradicional festejo de Sant'Ana e os balneários que atraem visitantes de toda a região.



Ao longo da pesquisa com as mulheres do município, foi possível compreender que há falta de infraestrutura turística e divulgação. Ao mesmo tempo, os visitantes e turistas são sujeitos fundamentais para a movimentação da economia, pois, quando ocorrem eventos, é possível complementar a renda com a venda de alguns produtos. Com relação ao turismo, para Marina, as festas juninas e os feriados representam períodos para ganho de rendas extras, já que além do seu trabalho como serviços gerais, ela se dedica à produção de comidas típicas e regionais, tais como: “Doce, salgado e comida típica em geral, por exemplo, panelada, sarapatel, essas comidas. Assim, aqui para nós, aqui é tradição, né? Tradicional da cidade” (Figura 3).

Figura 3 – Doce de buriti, muito consumido no interior maranhense



Fonte: Acervo das autoras (2023).

Para a entrevistada, falta ainda ampliar a rede de hotéis. Todavia, destaca que há uma circulação de pessoas nos períodos festivos da cidade que ocorre por meio do convite dos “filhos da cidade” que trazem parentes de outras localidades ou amigos para conhecer Santana.



Dona Dirce, como proprietária de uma pousada em Santana, enxerga o turismo de forma positiva para a economia da cidade. Apesar disso, destaca que o fluxo de pessoas de fora, implica em alguns casos de roubo: “ – Às vezes se hospedam nas casas de pessoas e saem levando alguns objetos, principalmente celular [...] quando tem só o povo do município mesmo, só da cidade, não acontece isso. Dificilmente a gente vê um caso, mas quando tem turista, geralmente, a gente vê um casinho desse”.

A respeito da estrutura turística de Santana, a entrevistada pontua que existe a carência de meios de hospedagem, principalmente, quando ocorrem eventos na cidade: “ – Agora está tendo um projeto da nossa igreja da Assembleia de Deus. Tiveram tantos jovens de fora para fazer o projeto, e não coube nas pousadas. Tivemos que alugar casas, casas que a pessoa estava viajando, que não tem ninguém morando pra colocar porque era muita gente. Então, assim a cidade ainda é bem pequena pra essa questão”.

Fora a hospedagem, Dona Dirce ainda oferece outros produtos/serviços aos turistas, contribuindo para a sua renda familiar:

A gente vende bastante comida. No meu quintal, a gente planta bastante, tem juçara, tem buriti...então na época dessa fruta que a gente faz a polpa, nós temos a máquina de bater juçara, a gente vende bem. Não é todo tempo, mas sempre a gente vende, mas quando tem turista a gente vende mais, vem procurar novidades.

Para a entrevistada, o maior atrativo de Santana é o rio. Inclusive, cita que em vários povoados estão começando a exploração turística em função dos balneários. Segundo Dona Joana, as mulheres têm uma preocupação maior com a conservação do meio ambiente: “A mulher sempre tem, assim, mais o jeito de lidar com as situações, não discriminando os homens, mas geralmente a mulher já nasceu pra isso”.

Marina complementa que muitos problemas socioambientais poderiam ser evitados com a conscientização da população e com o apoio do poder público. Quando falamos dos principais atrativos de Santana, verificamos que o meio ambiente está muito presente nas respostas das entrevistadas. Contudo, é necessário contextualizar



que o interior do Maranhão vem sofrendo com o avanço da sojicultura e, com isso, vários impactos ambientais ocorrem, como relata Marina:

Agora tá entrando uma equipe de desmatamento, umas pessoas que estão dizendo que é para aproveitar as terras, a desculpa. Que é para aproveitar essas terras que a gente tem aqui para plantação de soja. Aí está entrando de dentro da mata para fora, para derrubada de pé de pequi, bacuri, que são umas frutas nativas aqui da nossa chapada. E aí estão acabando com tudo isso [...]. E estão acabando com tudo isso, porque eu considero a soja a praga do século.

A região na qual há expansão da fronteira agrícola entre o Norte e o Nordeste do país é denominada MATOPIBA, pois engloba os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. No Maranhão, a soja se desenvolve em 135 dos seus atuais 217 municípios, passando por três biomas que fazem parte do estado: Amazônia, Cerrados e Caatinga (Feitosa *et al.*, 2023). Além dos impactos ao meio ambiente, a soja vem substituindo lavouras tradicionais como de arroz, feijão, mandioca e milho, uma vez que tem grande valor no mercado externo.

Marina também lembra que nas festas principais da cidade, são gerados grandes volumes de lixo e que se constituem em um problema para o município. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o Maranhão é o estado com a pior taxa de coleta de lixo no Brasil. Além disso, existe o fato de que o aumento do número de visitantes em uma localidade implica também na maior geração de resíduos. Com isso, caso não haja uma grande campanha de conscientização e o apoio do poder público, os impactos serão diversos.

Para Dona Dirce, as atrações de Santana se limitam ao banho de rio durante o dia e movimentação extra durante as festas. Outrossim, cita as serestas e as vaquejadas que fazem parte da cultura regional. Sobre as lembranças dos eventos de antigamente, a entrevistada relata:



O povo vinha a cavalo. Outros caminhando. E era uma longa distância e todo mundo achava perto. Romaria Cavalgada, né? É. Chamava Romaria Cavalgada. Isso. Ou Cavalgada. Porque a Romaria o pessoal tudo a pé. E a Cavalgada todo mundo montado, como eles dizem. O festejo é um encontro das pessoas que moram distante. Quando chega aquele período do festejo, se junta tudo. Aí os parentes que estão distantes se juntam. E hoje continua sendo a mesma coisa. Tem as vendas de roupa. Eles botam aquelas barracas, montam barracas. Tem bijuteria, brinquedos, essas coisas. No mês de janeiro, as pessoas faziam aquela retirada de reis. As festas de reis. E aí cantando os reisados nas portas, pedindo alguma coisa. Entrava nas casas, cantavam. Até certo tempo, acho que uns 4, 5 anos atrás, eu ainda fazia. Aí foi acabando. Acabando essa tradição.

A entrevistada ainda relata que faltam políticas públicas e educação, em especial, para o desenvolvimento do turismo e que isso ajudaria, inclusive, a coibir certos comportamentos na localidade como a falta de consciência ambiental. Ademais, há falta de equipamentos turísticos como serviços de hospedagem e alimentação. Dona Deti relata que a maioria dos turistas vem de São Luís, Fortaleza, Teresina e Parnaíba. Muitos já conhecem a região por ter amigos e/ou parentes que vivem no Baixo Parnaíba Maranhense.

Com esses desafios em Santana do Maranhão, há que se pensar de forma inclusiva, para a população local, uma vez que esta também é afetada pela falta de opções no âmbito do lazer. Sendo um direito constitucional, é condição *sine qua non* que haja políticas públicas para assegurar às populações camponesas, periféricas e interioranas o acesso a atividades que possam propiciar cultura, diversão e qualidade de vida. Nesse aspecto, o fomento ao turismo surge como uma consequência, uma vez que a população se apropria da cidade e passa a não enxergar mais como um *locus* vazio, destituído de opções que possam despertar o interesse do outro, mas começam a valorizá-la e divulgá-la.



Considerações Finais

As instituições de ensino superior que se estabelecem em espaços marcados por invisibilidades e dificuldades diversas sob múltiplos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais necessitam articular diferentes instrumentos e capitais sociais para que, a partir de suas ações de ensino-pesquisa-extensão, possam contribuir para a melhoria das condições de vida dessas populações.

Analisar a história dos municípios do Baixo Parnaíba Maranhense, levando-se em consideração a oralidade das mulheres, é compreendê-la também a partir dos corpos dissidentes que se espraiam em histórias de resistências e estimular que as mulheres ocupem os diferentes espaços sociais, adquirindo confiança em suas habilidades e qualidades, construindo sua autonomia.

Buscamos valorizar as falas e memórias da população do interior maranhense, sobretudo a partir de um olhar que rompa com as práticas hegemônicas e que possa trazer um olhar decolonial para a história das cidades e das sujeitas e sujeitos que a constroem.

Durante o processo das entrevistas foi possível observar facetas do cotidiano das mulheres, analisando o contexto em que vivem, trabalham e criam seus filhos. Mesmo sendo uma cidade de pequeno porte demográfico, Santana do Maranhão possui problemas sociais que também existem em cidades maiores, como a falta de emprego e a dificuldade de acesso à educação.

Na relação pesquisadoras-sujeitas, devemos contemplar e respeitar as falas das mulheres e, ao mesmo esperamos que essa ação extensionista contribua para uma formação cidadã dos discentes, em uma relação dialógica com a comunidade, potencializando suas vozes e auxiliando no reconhecimento dos seus direitos.



Referências

ABREU, M. de A. Sobre a memória das cidades. *Revista Território*, São Paulo, ano 3, n. 4, p. 5-26, 1998.

AGÊNCIA BRASIL. *Mães solo têm mais dificuldade de entrar no mercado de trabalho*. Direitos Humanos, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-05/maes-solo-tem-mais-dificuldade-de-entrar-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em 25 maio 2024.

AZEVEDO, J. R.; DANTAS, J. S.; FARIAS, M. F. de. *Análise sobre a política territorial no Baixo Parnaíba—MA*. São Luís: EDUFMA, 2016.

BATINGA, G. L.; PINTO, M. de R. “Lazer?! para mim?!...” - consumo de lazer por mulheres de baixa renda. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*. Belo Horizonte, v. 6, n. 3, p. 78-97, set./dez. 2019.

BONALUME, C. R. Mulheres, lazer e família: atravessamentos. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, São Paulo, n. 45, p. 1-7, 2023.

CANDEE, C. Beautiful national parks. *Bounce*, [S. L.], 14 nov. 2023. Disponível em: <https://usebounce.com/blog/beautiful-national-parks>. Acesso em: 25 maio 2024.

CEYHAN, F. Embaixadora de Gana, Abena Busia, inova e traz cultura africana para carnaval do Brasil. *Brasília in Foco*, Brasília, DF, 10 fev. 2024. Disponível em: <https://brasiliainfoco.com/embaixadora-de-gana-abena-busia-inova-e-traz-cultura-africana-para-carnaval-do-brasil/>. Acesso em: 25 maio 2024.

DAMATTA, R. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DESS, C. Notas sobre o conceito de representatividade. *Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas*, Florianópolis, v. 1, n. 43, p. 1–30, abr. 2022. DOI: 10.5965/1414573101432022e0206.

FEITOSA, M. M.; SOUSA, E. C.; NASCIMENTO, L.; LEMOS, J. de J. S. A soja no estado do Maranhão, Brasil: uma análise temporal da expansão e substituição das culturas alimentares. *Geografares*, Vitória, n. 37, p. 1-17, 2023. Disponível em: <http://journals.openedition.org/geografares/9884>. Acesso em: 25 maio 2024.

GODINHO, T. Mulheres brasileiras: reinventando a vida, a história, a cultura. In: ASSIS, M. E. A. de; SANTOS, T. V. dos (org.). *Memória feminina: mulheres na história, história de mulheres*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2016. p. 13-25.



- IBGE. *Santana do Maranhão*. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/santana-do-maranhao/historico>. Acesso em: 2 ago. 2024.
- KILOMBA, G. *Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LISBOA, A. de O.; SOUSA, J. É. A.; SANTOS, L. A. dos; MIRANDA, A. A. B. de. Territórios vivos: a política de assistência social e os conflitos socioambientais no Baixo Parnaíba/MA. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 10., 2021, São Luís. *Anais [...]*, São Luís: [UFMA], 2021. p. 1-15. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoold_941_941612eaaca2b852.pdf. Acesso em: 25 maio 2024.
- MARINHO, M. A. C. Trajetórias de vida: um conceito em construção. *Revista do Instituto de Ciências Humanas*, Belo Horizonte, v. 13, n. 17, 2017, p. 25-49.
- PEREIRA, A. G.; COLASANTE, T.; SANTOS, L. O. dos; MELO, A. L. Relações de gênero e vulnerabilidade na microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense. *Revista Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, São José dos Pinhais, v. 17, n. 5, p. 1-22, 2024.
- PERROT, M. Escrever uma história das mulheres: relato de experiência. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 4, p. 9-28, 1995.
- PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- SANTOS, K. A. dos; ROBERTI, M. E. Artesanato e resistência: uma leitura decolonial da arte para mulheres do campo. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia*, Uberlândia, v. 51, n. 1, p. 303-326, 2023.
- SAQUET, M. A. Territoriologia na/da práxis. *Mercator*, Fortaleza, v. 21, p. 4-12, 2022.
- SILVA, S. Pesquisa mostra que 29% das mulheres sofreram violência física ou verbal em 2022. *CUT-PI*, Teresina, 3 mar. 2023. Disponível em: <https://pi.cut.org.br/noticias/pesquisa-mostra-que-29-das-mulheres-sofreram-violencia-fisica-ou-verbal-em-2022-17a9>. Acesso em: 25 maio 2024.
- VELHO, G. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2003.

Recebido em: 13/08/2024

Aceito em: 22/09/2024